



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

## 11. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

RESULTADO FINANCEIRO E FISCAL		
Itens	Valor (em Reais)	Observações
<b>Superávit Financeiro</b>	1.113.217.637,13	
<b>Resultado Primário</b>	(357.582.305,71)	Meta prevista na LDO era R\$ 740.962.100,00
<b>Resultado Nominal</b>	780.809.240,20	Meta prevista na LDO era R\$ 142.503.000,0
<b>Receita Corrente Líquida</b>	14.553.205.412,29	

LIMITES: LRF/RESOLUÇÃO DO SENADO E CONSTITUCIONAIS				
Itens	Valor	% comprometimento	Limites LRF 3º quad/2009	
			Geral	Prudencial
<b>Despesa com Pessoal (DP):</b>	<b>(em Reais)</b>	<b>% DP/RCL</b>		
<b>Despesas com Pessoal Total:</b>	<b>7.304.975.297,96</b>	<b>50,19%</b>	<b>60,00%</b>	<b>57,00%</b>
Poder Legislativo	370.837.228,14	2,55%	3,00%	2,85%
Assembléia Legislativa	197.760.542,67	1,36%	1,44%	1,37%
Tribunal de Contas	173.076.685,47	1,19%	1,56%	1,48%
Tribunal de Justiça	535.894.850,28	3,68%	6,00%	5,70%
Ministério Público	199.420.303,64	1,37%	2,00%	1,90%
Poder Executivo	6.198.822.915,90	42,59%	49,00%	46,55%
<b>Dívida:</b>	<b>(em Reais)</b>	<b>% Dívida/RCL</b>	<b>Limites LRF/Resol. Senado nº 43/2001</b>	
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	5.579.515.352,85	38,34%	200% da RCL	
<b>Operações de Crédito</b>	516.969.382,70	4,09%	16 % da RCL	
<b>Garantias</b>	6.124.648,92	0,04%	22% da RCL	
<b>Antecipação de Receita Orçamentária – ARO</b>	Não houve		7% da RCL	
<b>Educação e Saúde:</b>	<b>(em Reais)</b>	<b>% aplicado da Rec. de impostos</b>	<b>Limites Constitucionais</b>	
<b>Educação</b> (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	3.216.190.939,60	25,71%	25%	
FUNDEB	1.788.433.699,52		CUMPRIDO	
Remuneração de Magistério	1.186.389.314,77	66,60%	60%	
<b>Saúde</b> (Ações e Serviços Públicos)	1.965.215.929,64	15,71%	12%	



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

<b>RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</b>						
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</b>						
<b>Publicação (LRF, artigo 55, § 2º)</b>	<b>1º quadrimestre</b>	<b>2º quadrimestre</b>	<b>3º quadrimestre</b>			
Consolidado (do Estado)	28/05/11	29/09/11	25/01/12			
Poder Executivo	28/05/11	29/09/11	25/01/12			
Assembléia Legislativa	28/05/11	29/09/11	25/01/12			
Tribunal de Contas	28/05/11	29/09/11	25/01/12			
Tribunal de Justiça	28/05/11	29/09/11	25/01/12			
Ministério Público	28/05/11	29/09/11	25/01/12			
<b>Envio ao SISTN (Lei Estadual 12.600/04, art.39, c/c Res. TC nº 04/2009, artigo 3º) <sup>(1 e 2)</sup></b>	<b>1º quadrimestre</b>	<b>2º quadrimestre</b>	<b>3º quadrimestre</b>			
Consolidado (do Estado)	06/06/11	30/09/11	30/03/12			
Poder Executivo	06/06/11	30/09/11	30/03/12			
Assembléia Legislativa	13/06/11	07/10/11	02/03/12			
Tribunal de Contas	13/06/11	04/10/11	08/02/12			
Tribunal de Justiça	13/06/11	10/10/11	09/03/12			
Ministério Público	03/06/11	04/10/11	27/03/12			
<b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA <sup>(3)</sup></b>						
	<b>1º Bim</b>	<b>2º Bim</b>	<b>3º Bim</b>	<b>4º Bim</b>	<b>5º Bim</b>	<b>6º Bim</b>
<b>Publicação (LRF, art 52)</b>	30/03/11	28/05/11	28/07/11	29/09/11	29/11/11	25/01/12
<b>Envio ao SISTN (Res. TC nº 04/2009, artigo 3º) <sup>(1 e 2)</sup></b>	11/04/11	06/06/11	01/08/11	30/09/11	01/12/11	30/03/12

**Notas:**

1 - O art. 3º da Resolução TCE/PE 04/2009 substituiu a obrigatoriedade de envio dos RGF e RREO em meio impresso a este Tribunal de Contas pelo envio destes relatórios, em meio magnético, ao SISTN – Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (operacionalizado pela CEF). Os únicos demonstrativos que estão sendo entregues impressos ao TCE são os referentes ao das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e ao da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde;

2 - A data apresentada como de envio ao TCE é a data da última homologação ocorrida no SISTN;

3 - O Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas passou a ser publicado pelo Estado a partir do RREO do 4º Bimestre.